

Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA*

Teresa Sales**
Márcia Loureiro***

O artigo analisa a “nova” segunda geração de brasileiros imigrantes no Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos. Inicialmente, são apresentadas, quantitativamente, algumas características dos imigrantes já nascidos em solo norte-americano, com base no número de crianças registradas no Consulado Geral do Brasil em Boston e no número de crianças com ascendência materna brasileira computadas no Departamento de Saúde Pública (DPH – Department of Public Health) de Massachusetts. A maior parte do artigo aborda, porém, os adolescentes que migraram com seus pais para os Estados Unidos quando eram crianças ou adolescentes, tendo tido sua primeira socialização ainda no Brasil, porém adquirindo formação escolar e identidade cultural em muito semelhantes às dos demais imigrantes de outras nacionalidades e de jovens norte-americanos. Em especial, analisa-se a inserção desses adolescentes na sociedade norte-americana por meio da escola e do trabalho, com base em dados provenientes de duas fontes: entrevistas qualitativas realizadas de setembro a dezembro de 2000 com adolescentes em escolas, igrejas e associações, e os resultados de um questionário aplicado em 2002 em escolas públicas de Massachusetts com programa bilíngüe inglês-português. O artigo aborda, ainda, o desafio da educação universitária para nossos jovens imigrantes cuja situação migratória ainda não foi regularizada.

Palavras-chave: Migração internacional. Segunda geração de imigrantes. Estados Unidos. Brasil.

Introdução

Na década de 1980, a sociedade brasileira começou a experimentar o fenômeno até então desconhecido da emigração de grandes contingentes de brasileiros para o exterior, desencadeada pela crise econômica então enfrentada pelo país. Como é sabido, esse fenômeno levou ao

estabelecimento de expressivas comunidades de expatriados em diversos pontos do globo, dentre os quais, com especial relevância, determinadas regiões dos Estados Unidos, tais como os Estados de Nova York, Massachusetts, Flórida, Connecticut e outros.

Decorridos cerca de vinte anos desde o início daquele fenômeno migratório,

* As autoras agradecem os auxiliares de pesquisa Fábio Hirano e Roberta Perez, pela contribuição no processamento dos dados do questionário e pela resenha de textos.

** Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora do Departamento de Sociologia desta universidade.

*** Diplomata, cônsul adjunta do Brasil em Boston de 1999 a 2003.

verifica-se claramente que o movimento de brasileiros para o exterior, uma vez posto em marcha, adquiriu impulso próprio. Estudiosos do tema (Margolis, 1994; Sales, 1999; Martes, 1999, Assis, 1999, Fusco, 2001) assinalam a similaridade deste com outros processos migratórios em que as redes sociais de apoio que gradualmente se formam nos países de origem e de destino funcionam como um dos fatores de suporte e atração para novas levas de migrantes – ao lado, naturalmente, dos elementos econômicos (maiores oportunidades de emprego e níveis de remuneração significativamente mais elevados) e outros fatores que influenciam a decisão de emigrar. Sales (1999) aponta ainda outra semelhança entre os expatriados brasileiros e demais comunidades imigrantes: a gradual transição de um grupo inicialmente composto, em sua maioria, por jovens do sexo masculino, que empreendem sós a aventura imigratória, para uma comunidade onde é cada vez mais significativo o contingente de famílias, muitas delas provenientes de um processo de reunificação familiar, o que tem resultado em uma redefinição das expectativas temporais da migração em favor de uma permanência mais duradoura no país de destino.

Em função dessa mudança de perfil demográfico, a comunidade brasileira nos Estados Unidos tem hoje um segmento particularmente merecedor de atenção, pois apresenta características e necessidades específicas: os adolescentes nascidos no Brasil que emigraram ainda na infância (como resultado, assinale-se, de uma decisão sobre a qual não lhes foi dado opinar) e cresceram e foram educados nos EUA, adquirindo formação acadêmica e identidade cultural em muito semelhantes às dos imigrantes de outras nacionalidades e dos jovens norte-americanos. Portes (1996b) se refere a eles como “crianças imigrantes”, que se distinguem das “crianças de imigrantes”, ou seja, aquelas nascidas nos Estados Unidos de pais imigrantes, ou nascidas fora mas que chegaram em tenra idade. Essa segunda categoria, segundo ele, é que constitui a segunda geração ou geração “um e meio”, como ele prefere chamar.

Na década de 1990 foram retomados os estudos acerca dos processos de adaptação dos imigrantes à sociedade americana, dessa vez com olhos voltados para os jovens e adolescentes da “nova” segunda geração. Nova no sentido de que oriundos da nova migração de latinos e asiáticos que se intensifica nos Estados Unidos a partir dos anos 60. Nova, também, pelas características etno-raciais desses imigrantes, cuja visibilidade (por exemplo, a presença de crianças não-brancas nas escolas) os distingue dos nativos e dos descendentes de migrações pretéritas. Um marco importante na retomada desses estudos foi a realização de várias pesquisas de campo por diversos pesquisadores de renome dedicados ao estudo das migrações internacionais nos Estados Unidos, que resultou na publicação de um número especial da *International Migration Review* (volume 28, Winter 1994). Dois anos depois, esses mesmos artigos foram reeditados em um livro organizado por Portes (1996a). O casal Carola e Marcelo Suárez-Orozco (1995 e 2002) também teve uma contribuição importante no estudo dessa nova segunda geração.

A título de introdução, vale a pena destacar algumas questões levantadas por essa bibliografia e outras a ela complementares que são úteis para pensar o caso brasileiro do qual nos ocuparemos neste artigo.

A importância do estudo da segunda geração de imigrantes é ressaltada por vários autores. Segundo Portes (1996c), as conseqüências da imigração em termos de assimilação se assentam nessa segunda geração, que tanto pode se integrar ao *mainstream* da classe média norte-americana, tal como seus predecessores europeus, como intensificar uma *underclass* multiétnica, sendo esta uma das tendências observadas na nova segunda geração. É a segunda geração, e não a primeira, quem definirá a manutenção ou não da língua materna, o crescimento da população dependente do *welfare*, as transformações culturais, o declínio ou crescimento do número de casamentos interétnicos. Nas migrações de europeus para os Estados

Unidos observou-se um processo de perda da “etnicidade”, da língua e da cultura de origem, bem como a ascensão no mercado de trabalho, num processo que seria finalizado na terceira geração (Sowell, 1981; Alba, 1985). Em outros termos, trata-se do processo comumente denominado em ampla bibliografia de *melting pot*.

Em termos da língua, esse processo de assimilação se deu, no passado, da seguinte forma: a primeira geração aprendeu inglês apenas o suficiente para sobreviver; a segunda geração falava o idioma de origem em casa e nos grupos comunitários e usava o inglês na escola e na vida pública em geral (até aqui, tal como os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos); a terceira geração adotou definitivamente o inglês em casa, no trabalho, em todo lugar, abandonando de vez a língua original das gerações anteriores (Portes e Schauffler, 1996). Em relação à nova segunda geração de imigrantes, pelas suas características de maior convivência étnica e sobretudo pela educação bilíngüe, verificava-se um temor, por parte da sociedade e dos poderes públicos norte-americanos, de que o inglês fosse preterido em favor de outros idiomas. Contudo, a pesquisa dos dois autores acima citados mostrou que esse temor seria infundado, pois a grande maioria dos alunos de programas bilíngües teria fluência em inglês, e que a prática bilíngüe traria benefícios culturais para as crianças e adolescentes que participam desse tipo de programa nas escolas.

Dois temas emergem com muita frequência em se tratando da segunda geração: de um lado, a adaptação dos jovens e adolescentes, tendo como preocupação de fundo a perspectiva da sua assimilação ou não à sociedade de recepção, e de outro, também correlacionado com esse primeiro tema, o desempenho escolar.

O pressuposto que está por trás da retomada desses temas é o fato empírico incontestável de que, entre 1980 e 1990, a imigração contribuiu com 39% do crescimento da população total dos Estados Unidos (Rumbaut, 1994). Levando em consideração a própria imigração e os altos

índices relativos de fertilidade entre os imigrantes, estima-se que em 1990 o número total de nascimentos de crianças filhas de pais latino-americanos e asiáticos foi de 16,4 milhões (Portes, 1996c).

A perspectiva de assimilação da chamada nova segunda geração, conforme a análise de alguns estudiosos do assunto, guarda uma distância em relação à segunda geração das migrações pretéritas em dois sentidos. Primeiramente, porque os descendentes da última grande imigração iniciaram a sua jornada em posições inferiores mas ascenderam e até superaram os “WASP” (Lieberson, 1980), em alguma medida devido ao seu *status* etno-racial. E segundo, o que também explica a mobilidade ascendente daqueles primeiros imigrantes, porque era outro o momento econômico vivido pelo país. Segundo Kelly e Schauffer (1996), resultados positivos de assimilação podem ser notados nos primeiros estágios do capitalismo americano, quando os imigrantes forneciam a força de trabalho necessária à economia em expansão. A internacionalização da economia transformou, porém, o contexto em que se dava esse tipo de assimilação da era fordista, quando os trabalhadores enxergavam a simples entrada no mercado de trabalho como um primeiro passo para o sucesso. Hoje, com empresas de subcontratação de serviços, muitos obstáculos surgiram no caminho para a inserção socioeconômica na sociedade receptora. E os autores se questionam: será que os novos imigrantes asiáticos e latino-americanos conseguirão repetir a trajetória de sucesso de seus antecessores?

Nessa mesma direção, o casal Suárez-Orozco (2002) observa que em épocas passadas a remuneração das atividades manufatureiras permitia que trabalhadores do setor industrial, inclusive imigrantes, desfrutassem de um estilo de vida de classe média sem muita educação formal. Essa possibilidade se reduz a cada década e nesse sentido as estatísticas são eloqüentes. De acordo com o Escritório do Censo norte-americano, no ano 2000 a remuneração média anual de trabalhadores do sexo masculino entre 25 e 34 anos foi

de aproximadamente US\$ 19 mil para os que não concluíram o ensino médio, de US\$ 26 mil para os que concluíram o ensino médio e de US\$ 42 mil para os que concluíram curso universitário de quatro anos ou mais¹.

Sabe-se que o interesse por trás da política dos países desenvolvidos de “porta aberta para a migração” (Portes, 1996c) foi sempre garantir vantagens e benefícios para os empregadores, que contratam uma mão-de-obra barata e abundante sem assumir sobre ela e sua família qualquer responsabilidade. Ou seja, desde a origem do processo migratório a divisão de trabalho tem sido essa: os empregadores contratam os trabalhadores, o Estado cuida de suas famílias e o futuro toma conta do resto. Graças a uma economia em expansão e uma série de outros fatores associados, os migrantes do começo do século obtiveram sucesso, futuro que parece ser duvidoso para os novos migrantes, em face da reestruturação das indústrias e até mesmo do acirramento do preconceito racial². Daí que a grande maioria dessa segunda geração não-branca e pobre depende dos recursos da família e da comunidade em que está inserida.

As perspectivas apontadas por Hirschman (1996) quanto à integração da nova segunda geração à economia norte-americana são ainda mais sombrias. O autor confronta a hipótese clássica “adaptação = americanização”, segundo a qual quanto mais tempo o imigrante permanece nos Estados Unidos, maior será seu progresso socioeconômico e menor sua semelhança com seu grupo étnico de origem, com a análise do desempenho da nova segunda geração dos imigrantes pós-1965 provenientes da Ásia e América Latina, migrantes que se defrontaram, nas décadas de 1980 e 1990, com uma conjuntura econômica em que as oportunidades

estavam sobretudo no setor de serviços, em empregos de baixa remuneração e reduzidas oportunidades de ascensão profissional.

Já Zhou e Bankston III (1996), adotando a perspectiva da adaptação da nova segunda geração pela ótica do capital social em relação aos imigrantes vietnamitas, têm uma visão mais otimista em relação a essa adaptação, indicando que o capital social dentro da família e da comunidade tem permitido à segunda geração atingir sucesso escolar e profissional. A tese por eles desenvolvida é que os imigrantes vietnamitas de segunda geração da região por eles pesquisada (New Orleans), mediante o envolvimento constante de todas as famílias, desenvolvem uma forte identidade étnica, assim como padrões de comportamento e expectativas esperados pela comunidade. Para os autores, o capital social é mais importante do que o capital humano e as características individuais dos pais como fator de adaptação e integração dos jovens imigrantes.

O segundo tema abordado em relação à segunda geração, relacionado ao desempenho escolar, também tem sido motivo de muitas pesquisas. Perlmann e Waldinger (1997) assinalam que a pesquisa sobre imigração está vagarosamente mudando o seu foco dos recém-chegados para as crianças imigrantes. Esta mudança de foco seria o resultado da visível presença das crianças imigrantes nas escolas e também, para muitas delas, de sua participação no mercado de trabalho, conforme veremos mais adiante em relação ao caso dos adolescentes imigrantes brasileiros.

Uma pesquisa com estudantes imigrantes foi realizada em dois contextos de forte presença migratória – San Diego, na Califórnia, e Miami Dade e Broward (Fort Lauderdale), na Flórida –, gerando uma

¹ U.S. Department of Commerce, Bureau of Census, *Current Populations Surveys 1972-2001*, tabela 16.

² Em relação somente aos imigrantes brasileiros, vide reportagem publicada em 14/11/2003 no *MetroWest Daily News*, jornal que circula na região a oeste de Boston, onde é grande a concentração de brasileiros: “Joe Rizoli deseja deixar clara uma coisa: ele não é preconceituoso. Ontem à noite, porém, ele comparou a maior parte da população brasileira da cidade a ‘lixo’ e ladrões, insistindo que Framingham tem sido ‘violentada’ pelos imigrantes. Rizoli presidiu à primeira reunião, com duas horas de duração, do grupo Cidadãos Preocupados e Amigos da Aplicação da Lei de Imigração, um grupo antiimigração que ele ajudou a fundar.”

ampla amostra que somava 5.127 entrevistados provenientes de países da Ásia, América Latina e Caribe. Para entrar na amostra o estudante tinha que ser estrangeiro ou, se nascido nos EUA, ter pelo menos um dos pais com nacionalidade estrangeira. Dois importantes estudos resultantes dessa pesquisa foram o de Rumbaut (1996), que abordou a identidade étnica, a auto-estima e a assimilação segmentada, e o de Kelly e Schaffer (1996), que abordou a nova assimilação desses imigrantes. Nesse último estudo evidencia-se um enfoque que correlaciona o desempenho escolar com as diversas etnias.

Outra importante pesquisa foi conduzida por Carola e Marcelo Suárez-Orozco (1995). Realizada com estudantes latino-americanos tanto em uma área de origem (Guadajuanato) no México, como nos Estados Unidos, com migrantes recentes do México, mexicano-americanos, refugiados da América Central, cubano-americanos e porto-riquenhos, essa pesquisa faz uma comparação entre essas etnias no que diz respeito aos seguintes quesitos: taxa de desemprego, taxa de nascimentos fora do casamento e proporção de famílias pobres. Com essa pesquisa os autores tentaram mostrar como são insuficientes as teorias de assimilação e aculturação dos imigrantes, por suas proposições “fechadas” para um fenômeno que eles consideram aberto, dinâmico, que flui pelas gerações e afeta diferentemente as experiências da primeira para a segunda geração. Outra conclusão da pesquisa muito se aproxima do observado no caso brasileiro: que as crianças filhas dos imigrantes de primeira geração tornam-se receptoras das ansiedades, ambições, sonhos e conflitos de seus pais. Por não terem um domínio do inglês, os pais se vêem incapazes de ajudar os filhos em atividades como as tarefas escolares, e isso passa a ser motivo de muita ansiedade e da sensação de inadequação e vergonha. Por outro lado, por esse mesmo motivo, muitas vezes os pais restringem as atividades de seus filhos e procuram minimizar a influência da sociedade receptora.

Em nenhum desses estudos rapidamente percorridos até aqui foi contemplada

a segunda geração de brasileiros imigrantes, pelo fato de ser muito recente essa migração e ainda minoritária ou até invisível a presença desses adolescentes na sociedade americana. Aos poucos, porém, essa presença vai sendo demarcada, não somente pela presença da comunidade por meio das empresas étnicas em cidades de concentração do fluxo, tais como, na região metropolitana de Boston, Framingham, Somerville e o bairro de Allston em Boston, mas igualmente pela bibliografia que também começa a ser divulgada em inglês (Margolis, 1994; Goza, 1994; Sales, 2003; Bezerra, 2003).

Este artigo visa preencher essa lacuna com os poucos dados de que se dispõe até o momento. Na próxima seção apresentamos, quantitativamente, algumas características da nova segunda geração de brasileiros imigrantes. Na terceira seção, baseadas em pesquisas de campo com adolescentes sobretudo nas escolas, analisamos a sua inserção na sociedade americana por meio da escola e do trabalho, assunto que se aprofunda na quarta seção do artigo. E finalmente, abordamos um tema que tem se constituído em preocupação central tanto das políticas públicas brasileiras, através de sua atuação consular, como dos movimentos sociais da comunidade brasileira na região da Nova Inglaterra, que é o desafio da educação universitária para nossos jovens imigrantes.

Brasileiros nascidos em Massachusetts

A segunda geração a que nos referimos é, efetivamente, aquela dos filhos de imigrantes brasileiros nascidos nos Estados Unidos. Contudo, pelo fato de ser uma imigração recente, de menos de 20 anos (considerando que o início do fluxo se deu em meados da década de 1980), ainda não é possível ter uma amostra significativa dessa segunda geração de imigrantes brasileiros que pudesse ser objeto de entrevistas em uma pesquisa de campo.

Porém, o interesse por essa segunda geração é muito grande, considerando que é ela quem vai dar o contorno e as características dessa que é uma das mais recentes

correntes migratórias nos Estados Unidos. Fomos então buscar dados das estatísticas vitais norte-americanas, bem como do Consulado Geral do Brasil em Boston, a fim de apresentar, pelo menos quantitativamente, como vem se constituindo essa segunda geração de imigrantes brasileiros em Massachusetts.

Na Tabela 1 apresentamos o número de crianças registradas no Consulado Geral do Brasil em Boston e o número de crianças com ascendência materna brasileira computadas pelo Departamento de Saúde Pública (DPH – Department of Public Health) de Massachusetts. Como podemos facilmente notar, a quantidade de crianças registradas no Consulado é inferior à registrada no *Primary Care Perinatal Data Form*, formulário que é recolhido ao DPH (Bureau of Family and Community Health, Office of Statistics and Evaluation), instituição que gentilmente nos cedeu alguns cruzamentos de dados para este estudo.

Considerando que a jurisdição do Consulado ultrapassa o Estado de Massachusetts (o Consulado atende também aos Estados de Maine, Vermont, New Hampshire e Rhode Island), essa diferença poderia ser até maior, pois as estatísticas do DPH se referem apenas ao Estado de Massachusetts. Há, ainda, uma série de outros fatores que interferem nesses números do Consulado, para menos, em comparação com os do DPH.

Primeiramente, essas crianças podem estar sendo registradas em outras repartições consulares, mesmo tendo nascido na área sob a jurisdição do Consulado em Boston (a situação inversa também pode acontecer, qual seja, de crianças que

nasceram em outros estados fora da jurisdição do Consulado em Boston serem nele registradas), pois a rigor todos os consulados brasileiros nos Estados Unidos estão habilitados a lavrar registros de nascimento de crianças brasileiras nascidas em qualquer estado norte-americano. Pode também haver, por parte dos pais, a intenção de não registrar os filhos no Consulado brasileiro, e sobre isso não se tem nenhum dado disponível. O que ocorre com relativa frequência, segundo a própria observação cotidiana dos agentes consulares, é que muitos pais deixam para registrar os filhos apenas quando isto se faz necessário, por exemplo, no momento da emissão de um passaporte.

Por outro lado, os números registrados no *Primary Care Perinatal Data Form* também não expressam a totalidade de crianças brasileiras nascidas no Estado de Massachusetts, mas apenas as crianças com ascendência materna brasileira. Ficam de fora, portanto, todas as crianças com ascendência paterna brasileira e cujos pais tenham como companheiras mulheres de outra origem nacional que não a brasileira.

Mesmo com todas essas limitações, são esses os dados de que dispomos e eles servem pelo menos para dar uma idéia do crescimento da segunda geração de brasileiros em Massachusetts. Considerando que os dados do Consulado têm a limitação de serem incompletos, utilizamos os do DPH, que são definitivos (embora sem considerar um certo número de crianças que tenham apenas ascendência paterna brasileira), para calcular a taxa de crescimento anual da segunda geração de brasileiros naquele estado. Essa taxa, como podemos ver na Tabela 1, é de 17% no

TABELA 1
Crianças registradas no Consulado Geral do Brasil em Boston (1998-2002) e crianças com ascendência materna brasileira computadas no Departamento de Saúde Pública de Massachusetts (1998-2001)

Ano	Números do Consulado	Números do DPH	Taxa de crescimento DPH
1998	463	683	
1999	644	799	17%
2000	708	1.033	29%
2001	697	1.282	24%
2002	696	-	
TOTAL	3.208	3.797	

Fontes: Department of Public Health/Massachusetts e Consulado Geral do Brasil em Boston.

período de 1998 para 1999, de 29% no período de 1999 a 2000, e de 24% no período de 2000 a 2001. Precisariamos de uma seqüência temporal maior para verificar se essa diminuição na taxa de crescimento entre os anos de 2000 e 2001 foi apenas um fator ocasional entre esses dois anos, ou se ela se manteria nos períodos posteriores, significando um refluxo no crescimento ascendente da segunda geração que se manifestou nos dois períodos anuais anteriores. Pela observação de campo das pesquisadoras que assinam este artigo, tudo indica que esse crescimento continuou ascendente nos períodos anuais mais recentes.

Além do número de crianças nascidas, o Department of Public Health ainda nos colocou à disposição alguns cruzamentos de dados originários daquele formulário que são de muito interesse para um primeiro conhecimento quantitativo da segunda geração de imigrantes brasileiros em Massachusetts, tais como os nascidos vivos de mães brasileiras por cidade de nascimento dos filhos em Massachusetts e por cidade de nascimento das mães no Brasil, ou a ancestralidade da mãe por mães com menos de 18 e menos de 20 anos de idade, pelo peso do filho, pelo cuidado pré-natal adequado, pelo parto por operação cesariana e pela amamentação.

Comentemos, primeiramente, esses últimos dados, que têm interesse apenas secundário para nosso objeto de estudo, mas que interessam pelo aspecto comparativo das mães brasileiras com mães de outras ancestralidades.

Das 683 crianças nascidas de mães brasileiras em Massachusetts em 1998 (que representam apenas 0,8% das 81.406 crianças nascidas naquele estado naquele ano, enquanto as de Porto Rico, por exemplo, representaram 5,5% e as da República Dominicana, 1,8%), apenas 18, ou 2,6%, foram de mães com menos de 18 anos, proporção essa igual à média do estado, enquanto a proporção das crianças nascidas de mães porto-riquenhas da mesma faixa etária foi de 12,7% e de mães cambodianas, de 11,8%. Em 1999 essa proporção brasileira baixou para 1,8%,

abaixo da média do estado, que foi de 2,4%; em 2000 voltou a crescer para 2,3%, quase igual à média estadual (2,2%), e em 2001 tornou a cair para 1,6%, enquanto a média do Estado foi de 2,1%. O que significa que gravidez de adolescente não chega a se constituir em um problema de proporções significativas para as imigrantes brasileiras em Massachusetts.

Vale notar, ainda, que a proporção de crianças nascidas de mães brasileiras veio crescendo nesses quatro anos (de 1998 a 2001) não apenas em números absolutos, como se viu na Tabela 1, mas também proporcionalmente, em relação às outras origens nacionais. Se em 1998 estas representavam 0,8% sobre o total das 81.406 crianças nascidas no Estado de Massachusetts, em 1999 representavam 1,0% deste total, em 2000, 1,3% e em 2001, 1,6%.

As mães brasileiras chamam a atenção ainda por dois indicadores: o número de operações cesarianas e a amamentação. Em relação à amamentação, elas têm uma proporção pouco acima de 90% em todos os anos, bem acima da proporção do Estado de Massachusetts, que fica pouco acima de 70% nos quatro anos. As mães brasileiras, no item da amamentação, ficam sempre em segundo lugar em proporção, abaixo apenas das mães de ancestralidade *Asian Indian*. Já no item das operações cesarianas as brasileiras estão proporcionalmente acima de todas as outras, com proporções crescentes ano a ano – de 28,6%, em 1998, a 37,8% em 2001.

Estariam as mães brasileiras exportando para os Estados Unidos essa prática tão comum no Brasil, país que se destaca pelas altas taxas de partos cesarianos? Não, tudo indica que isso é apenas uma consequência dessa prática brasileira, dado que os médicos, por considerarem um procedimento mais seguro, fazem a operação cesariana quando a mãe foi submetida a essa operação em parto(s) anterior(es).

Vejamos, por fim, o dado mais interessante do *Primary Care Prenatal Data Form* e que diz respeito mais especificamente ao nosso interesse em relação à segunda geração de imigrantes brasileiros em

Massachusetts, que são os dados da Tabela 2, que passaremos a analisar em seguida.

O primeiro aspecto a ressaltar dos dados dessa tabela é a extrema dispersão dos nascimentos de brasileiros por todo o Estado de Massachusetts. Essa diversidade geográfica é mais visível ainda na tabela original fornecida pelo DPH, que serviu de base para a construção da Tabela 2, mais reduzida. Naquela tabela podemos observar que, embora em pequena quantidade, registraram-se nascimentos de brasileiros em praticamente todos os municípios de Massachusetts.

Há, contudo, uma concentração maior em alguns municípios, sobretudo naqueles que compõem a Região Metropolitana de Boston, onde estão pouco mais de um terço das crianças nascidas nesse período. Dentre esses municípios da área metropolitana destaca-se Framingham, com 13,78% das crianças filhas de mães brasileiras nascidas em Massachusetts, seguido por Boston e Somerville, cada um com pouco mais de 8%.

A tabela de municípios brasileiros fornecida pelo DPH exigiu um trabalho minucioso de cotejamento com os dados do Censo Demográfico de 2000, a fim de identificar corretamente o município de origem de cada mãe brasileira, em razão das imprecisões ortográficas contidas nos registros do DPH. O município de Governador Valadares, por exemplo, é grafado em 12 diferentes versões, a depender, possivelmente, de quem informou e de quem registrou. Anotamos, para fins desta pesquisa, apenas os municípios que se destacaram com mais de 30 mães de crianças nascidas em Massachusetts, que são: Governador Valadares (MG), 183; São Paulo, 162; Rio de Janeiro, 137; Belo Horizonte, 117; Curitiba, 64; Criciúma (SC), 51; Conselheiro Pena (MG), 49; Goiânia, 44; Vitória, 44; Ipatinga (MG), 37; Anápolis (GO), 36. Desses 11 municípios, 6 são capitais de importantes estados brasileiros e 4 são cidades do Estado de Minas Gerais, lideradas, como era de se esperar, por Governador Valadares.

TABELA 2
Filhos de mães brasileiras segundo os principais municípios de nascimento no Estado de Massachusetts entre 1999 e 2001

Cidade	Frequência	%
Framingham	429	13,78
Boston	267	8,57
Somerville	260	8,34
Everett	185	5,94
Lowell	165	5,29
Worcester	154	4,94
Malborough	149	4,78
Malden	95	3,05
Revere	85	2,72
Barnstable	64	2,05
Midford	58	1,86
Lynn	55	1,77
Brockton	53	1,70
Fall River	51	1,63
Chelsea	50	1,60
Medford	48	1,54
Peabody	45	1,44
Hudson	44	1,41
Cambridge	43	1,38
Ashland	43	1,38
Yarmouth	38	1,22
Weymouth	37	1,19
New Bedford	32	1,02
Cidades de 10 a 30 nascimentos	349	11,20
Cidades de menos de 10 nascimentos	315	10,11
TOTAL	3.114	100,00

Fontes: Department of Public Health/Massachusetts e Consulado Geral do Brasil em Boston.

A partir das informações sobre os municípios de origem das mães brasileiras pudemos chegar aos seus estados de origem, bem como às suas regiões de origem. Vejamos, inicialmente, os estados de origem das mães brasileiras (Tabela 3).

Como vemos, a maior concentração de mães brasileiras em Massachusetts provém do Estado de Minas Gerais, com 40% dos casos. Bem abaixo, com apenas 12% dos casos, está São Paulo e, logo depois, Paraná e Rio de Janeiro (9%). Destacam-se ainda os Estados de Santa Catarina (7%), Espírito Santo (6%) e Goiás (6%). Apesar de haver ainda uma grande concentração de mães provenientes de Minas Gerais, o que é explicado pelo grande peso desse

estado como área de origem no início do fluxo, observa-se a presença de 24 dentre os 27 estados brasileiros. Isto vem corroborar as observações qualitativas feitas em campo que mostram, justamente, a expansão das áreas de origem no Brasil.

A Tabela 4, resumindo os dados da Tabela 3, mostra as regiões de origem das mães brasileiras. Vale notar aí a grande concentração na região Sudeste, de onde se originaram mais de três quartos das mães brasileiras em Massachusetts. Junto com a região Sul, que responde por 17,5%, as duas representam 85% das mães brasileiras naquele estado dos Estados Unidos. Esse quadro é possivelmente muito aproximado do que se conhece das

TABELA 3
Estado de origem das mães brasileiras que tiveram filhos em Massachusetts entre 1999 e 2001

Estados	Número	%
Minas Gerais	729	39,98
São Paulo	227	12,45
Paraná	169	9,27
Rio de Janeiro	164	8,99
Santa Catarina	127	6,96
Espírito Santo	108	5,92
Goiás	107	5,87
Bahia	50	2,74
Distrito Federal	24	1,32
Rio Grande do Sul	23	1,26
Pernambuco	22	1,21
Pará	15	0,82
Mato Grosso do Sul	12	0,66
Mato Grosso	7	0,38
Ceará	7	0,38
Paraíba	5	0,27
Maranhão	5	0,27
Piauí	4	0,22
Rio Grande do Norte	4	0,22
Rondônia	4	0,22
Tocantins	4	0,22
Sergipe	3	0,16
Alagoas	3	0,16
Amazonas	1	0,05
TOTAL	1.824	100,00

Fontes: Department of Public Health/Massachusetts e Consulado Geral do Brasil em Boston.

TABELA 4
Regiões de origem das mães brasileiras que tiveram filhos em Massachusetts entre 1999 e 2001

Regiões	Número	%
Sudeste	1.228	67,4
Sul	319	17,5
Centro-Oeste	150	8,2
Nordeste	103	5,6
Norte	24	1,3
TOTAL	1.824	100,0

Fontes: Department of Public Health/Massachusetts e Consulado Geral do Brasil em Boston.

observações de campo em relação ao fluxo migratório do Brasil para os EUA, que vem diversificando as áreas de origem no Brasil. Em seguida à região Sul vem a Centro-Oeste, com menos da metade de mães em relação à região Sul, a região Nordeste e, por fim, a região Norte. É interessante observar como, nesse período coberto pelas Tabelas 3 e 4 (1999 a 2001), em uma amostra parcial do fluxo migratório brasileiro que se refere apenas às mães que tiveram filhos em Massachusetts, estão representadas todas as regiões brasileiras na composição das regiões de origem.

Os adolescentes imigrantes

Nesta seção do artigo vamos abordar a segunda geração de imigrantes adotando o conceito de geração no sentido biológico do termo, pois a rigor a população adolescente que é objeto de nossas considerações aqui é constituída pelos que migraram com seus pais para os Estados Unidos quando eram crianças ou adolescentes, ou seja, que tiveram, na grande maioria, sua primeira socialização ainda no Brasil. Os dados para essa análise são provenientes de duas fontes: uma pesquisa que realizamos no período de setembro a dezembro de 2000 a partir de entrevistas qualitativas com jovens em escolas (3/4 dos entrevistados), igrejas e associações; e uma pesquisa quantitativa baseada em um questionário que foi enviado, em 2002, para as escolas públicas de Massachusetts nas quais funcionava o programa bilíngüe inglês-português. A fase das entrevistas qualitativas, que foram feitas não apenas com os imigrantes brasileiros adolescentes, mas também com responsáveis por programas de educação, foi realizada por Teresa Sales enquanto esteve vinculada ao

David Rockefeller Center for Latin American Studies, da Harvard University. A segunda fase, da aplicação dos questionários, foi realizada com a colaboração de Márcia Loureiro no envio e recepção dos mesmos.

Na fase das entrevistas qualitativas trabalhou-se com uma amostra de 45 entrevistados; em 2002 trabalhou-se com 73 questionários respondidos. Todos os entrevistados eram alunos do segundo grau em municípios da Grande Boston. Em 2000, os alunos eram de *high schools* de Somerville, Medford, Cambridge, Watertown, Framingham e Everett; em 2002, de *high schools* de Framingham e Malborough.

Conforme podemos ver na Tabela 5, que reúne esses dados, é praticamente idêntica a proporção de moços e moças de nossa amostra. A idade varia entre 13 e 20 anos, sendo que a maior parte se concentra na faixa de 15 a 16 anos (44%).

O fato de os questionários terem sido preenchidos e a maior parte das entrevistas ter sido feita com alunos do programa bilíngüe de *high schools* terminou por dar um certo viés aos dados, no sentido de esse universo de pesquisados ser constituído de adolescentes com pouco tempo de residência nos Estados Unidos. Isso porque eram justamente os novos alunos que, em geral, eram matriculados no programa bilíngüe, pois quanto maior o tempo de permanência na escola, maior a possibilidade de esses alunos saírem do programa bilíngüe e entrarem no programa *mainstream* da escola. Por isso temos no nosso universo de pesquisa uma proporção tão elevada de adolescentes que haviam chegado a Massachusetts há um ano ou menos (41%) e há dois anos ou menos (70%), conforme se pode ver nas freqüências acumuladas da Tabela 6.

TABELA 5
Sexo e idade dos adolescentes da Região Metropolitana de Boston – 2000 e 2002

Idade	Masculino	Feminino	Total	%
13 e 14	10	14	24	20,3
15 e 16	29	23	52	44,1
17 e 18	19	18	37	31,4
19 e 20	2	3	5	4,2
TOTAL	60 (50,8)	58 (49,2%)	118	100,0

Fontes: Entrevistas em 2000 e pesquisa em 2002.

Esses adolescentes, tal como as mães brasileiras de crianças nascidas em Massachusetts (Tabela 4), são provenientes de todas as regiões brasileiras, porém com uma concentração maior no Estado de Minas Gerais (40%) – portanto, na região Sudeste. É o que podemos observar na Tabela 7. Diferentemente das mães brasileiras de crianças nascidas em Massachusetts, porém, a segunda região de origem desses adolescentes não é o Sul, mas sim o Centro-Oeste, de onde provêm 20% deles. Aqui também o maior destaque está com o Estado de Minas Gerais, que foi classificado separadamente para dar visibilidade à sua importância como região de origem dos adolescentes dessas pesquisas.

Ao responder à questão sobre onde preferem morar, a maior parte (52%) dos 72 estudantes que preencheram os questionários afirmou que prefere os Estados Unidos, enquanto 39% deles disseram que preferem morar no Brasil e 9%, que querem morar nos dois lugares. É interessante confrontar essa resposta com aquela dada a outra pergunta do questionário, de caráter bem subjetivo, assim formulada: “Quando pensa no Brasil, o que lhe vem à cabeça?” As 71 respostas obtidas foram assim classificadas: família (38%), saudade (31%),

uma série de fatores que juntamos como fatores positivos (27%) e uma série de fatores que juntamos como negativos (4%). Já em relação aos Estados Unidos, as respostas foram bem diferentes: futuro melhor (33%), lugar para trabalhar (29%), fatores positivos (22%) e fatores negativos (16%).

Aparentemente, há uma contradição entre a preferência por morar nos Estados Unidos e o imaginário desse país para os adolescentes brasileiros que responderam ao questionário. Enquanto o imaginário do Brasil tem a família em primeiro lugar, seguido de saudade e de 27% de fatores positivos, com apenas 4% de fatores negativos, o imaginário dos Estados Unidos está mais ligado ao futuro e ao trabalho, mas com uma taxa mais elevada que o Brasil de fatores negativos (16%) e uma taxa de fatores positivos menor que a brasileira (22%). No confronto dessas duas questões podemos ver uma proximidade dessa segunda geração com a primeira geração dos pais, que em geral têm um imaginário mais positivo em relação ao Brasil, mas estão mais propensos a morar nos Estados Unidos pelos fatores objetivos que ligam sua vida de trabalho àquele contexto estrangeiro.

TABELA 6
Período de chegada dos adolescentes na Região Metropolitana de Boston – 2000 e 2002

Período de chegada	Número	%	% acumulada
menos de 1 ano	26	22,0	22,0
1 ano	23	19,5	41,5
2 anos	34	28,8	70,3
3 a 4 anos	16	13,6	83,9
5 a 6 anos	10	8,5	92,4
mais de 7 anos	8	6,8	99,2
nasceu nos EUA	1	0,8	100,0
TOTAL	118	100,0	

Fontes: Entrevistas em 2000 e pesquisa em 2002.

TABELA 7
Região de origem dos adolescentes da Região Metropolitana de Boston – 2000 e 2002

Região de origem	Número	%
Sul	12	10,2
Sudeste (exceto Minas Gerais)	21	17,8
Minas Gerais	47	39,8
Centro-Oeste	23	19,5
Norte e Nordeste	14	11,9
Estados Unidos	1	0,8
TOTAL	118	100,0

Fontes: Entrevistas em 2000 e pesquisa em 2002.

Finalmente, vale assinalar dois fatos que ficaram muito marcantes nas entrevistas feitas com adolescentes em 2000: a presença do trabalho no cotidiano de suas vidas e a aspiração pela continuidade dos estudos na universidade após a conclusão da *high school*. Ao lado do dilema de voltar ao Brasil ou permanecer nos Estados Unidos, que é o mesmo vivido por seus pais, esses jovens vivem ainda o dilema do trabalho *versus* estudo. O questionário aplicado nas escolas em 2002 levou em conta as análises feitas com os dados das entrevistas de 2000 (Sales, 2001), que apontavam para esses fatos e esses dilemas.

Nas próximas duas seções do artigo abordaremos esses dois importantes aspectos na vida do adolescente imigrante do Brasil em terras norte-americanas.

Estudar e trabalhar

Daniela tem 16 anos e é aluna da Somerville High School. Todos os dias sai do colégio às 2h30 e pega três conduções para chegar pelas 4 da tarde no Student Center do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Lá ela é caixa em um pequeno mercado que atende sobretudo os estudantes daquela universidade, junto com mais duas funcionárias, também imigrantes brasileiras de sua faixa de idade, que exercem a mesma função de caixa. De vez em quando, tanto ela quanto as outras são solicitadas para fazer outras tarefas, como preparar sanduíches, saladas e molhos que têm grande saída para os apressados estudantes. Daniela trabalha das 4h30 às 9h30, 10h da noite, não tendo horário fixo para sair do trabalho. Chegará em casa pelas 10 ou 11 da noite, tempo de jantar, depois de todos da casa, aprontar o material escolar para o dia seguinte e, se tiver alguma tarefa absolutamente urgente, espichar a noite até mais tarde. No dia seguinte dará seus cochilos em aulas menos interessantes, esperando que chegue o sábado, único dia em que terá a manhã e parte da tarde livres, poderá almoçar com os familiares em casa e até ir a uma festa de brasileiros muito animada, depois que sair do trabalho. No domingo trabalhará todo o dia (seu dia de

folga é às quintas feiras) e à noite tentará pôr as tarefas do colégio em dia, o que quase sempre é impossível.

Essa rotina de Daniela é bastante comum entre os 45 jovens adolescentes entrevistados em 2000. Destes, pouco mais da metade (55,6%) trabalham regularmente e 22% trabalham nos finais de semana ou já trabalharam e estão disponíveis para novos trabalhos. São, portanto, quase 80% os que tinham experiência de trabalho, ou, em outros termos, os que tinham o trabalho como um componente de seu cotidiano. Apenas 10 entrevistados, ou 22%, ainda não tinham experiência de trabalho, sendo que todos estes 10 estavam na faixa de idade mais jovem, entre 13 e 14 anos de idade (Sales, 2001, p. 363).

Dentre os 73 estudantes de *high schools* de Framingham e Malborough que responderam ao questionário em 2002, 40 (54%) trabalhavam, 31 (43%) não trabalhavam e 2 (3%) não responderam. É uma proporção menor dos que trabalham, em comparação aos 45 entrevistados em 2000, pois também nesse caso a pergunta era "Você trabalha ou já trabalhou?". Como o questionário é menos preciso do que a entrevista, em que o entrevistador tem condições de checar a resposta e permanecer mais tempo junto ao entrevistado, é possível que os que responderam ao questionário não tenham dado a devida atenção à segunda parte da pergunta, se "já trabalhou". Mesmo assim, mais da metade responderam afirmativamente à pergunta.

Trata-se, portanto, de um universo de estudantes trabalhadores. Muito embora essa prática seja comum aos estudantes americanos de segundo grau, estes trabalham mais comumente nos finais de semana e na época das férias, dentro do regulamento para trabalho de menores dos Estados Unidos, o qual estabelece que o menor entre 14 e 16 anos só pode trabalhar aos sábados e domingos, e o menor entre 16 e 18 anos pode trabalhar nos dias da semana, porém somente até as 10 horas da noite. No caso do trabalhador imigrante, porém, nem sempre as regras são cumpridas, sobretudo em relação aos imigrantes

não documentados. Muitos desses menores, mesmo antes dos 16 anos, trabalham muito, de 6 a 8 horas por dia, após a escola, o que evidentemente prejudica o rendimento escolar. Foram ouvidos durante a pesquisa muitos depoimentos de professores e orientadores sobre o problema constante de alunos brasileiros que dormem durante as aulas.

O trabalho desses adolescentes é prioritariamente no setor de serviços (principalmente lanchonetes e restaurantes) e no comércio (sobretudo supermercados). Dos que trabalhavam em 2002, 74% atuavam no setor de serviços e 26% no setor comercial. O questionário aplicado em 2002 continha ainda três perguntas sobre o trabalho do imigrante adolescente brasileiro. A primeira era: "Quanto ganhou na última semana?". Dos que responderam a essa pergunta (apenas 31), 58% declararam ganhar até 150 dólares; 19% afirmaram ganhar de 150 a 200 dólares e 23% deles, acima de 200 dólares. A segunda pergunta era: "Com quem conseguiu o atual ou último emprego?". Dos 34 estudantes que a responderam, a maior parte (41%) afirmou que obteve o emprego por conta própria, vindo, a seguir, amigos (22%) e a mãe (12%). Os demais membros da família – pai, irmão/irmã, tio/tia, primo/prima – aparecem em proporções pequenas. A terceira pergunta era: "Qual parte do salário vai para a família?". Dos 38 que a responderam, 42% disseram que nada; 18% disseram entregar à família um quarto do salário; 24%, a metade; 13%, todo o salário e 3% disseram que não dão sempre. Essa questão constou apenas do questionário, não tendo sido incluída no roteiro das entrevistas, feitas dois anos antes. Nestas, porém, foi possível verificar mais a fundo o significado do trabalho na vida desses adolescentes.

Para eles, o trabalho é antes de tudo um marco de diferença entre a vida no Brasil e a vida nos Estados Unidos. Dos 45 entrevistados em 2000, apenas 3 (7%) haviam tido experiência de trabalho no Brasil previamente à migração para aquele país. Entre os que responderam ao

questionário em 2002 a proporção dos que haviam trabalhado no Brasil é mais elevada: 13 (18%) dos 73 responderam afirmativamente.

Para esses adolescentes, o Brasil é o mundo da família grande de avós, tios e primos que ficou para trás, o mundo onde eles eram crianças, brincavam ou só estudavam, sem precisar trabalhar, e a vida estava assegurada pelos adultos. Como dizia um dos entrevistados, "lá a gente se divertia". Nos Estados Unidos eles partilham esse mundo adulto através do trabalho.

Mas o trabalho em terras americanas também significa a abertura para o mundo do consumo, até então não usufruído com tamanha liberdade. Muitos dos entrevistados se preocuparam em afirmar que eles não trabalhavam por necessidade, e sim para ter um dinheirinho e poder comprar suas próprias coisas sem precisar pedir aos pais.

O significado do trabalho para esses adolescentes variou entre esses que valorizavam a possibilidade de "ter o seu dinheirinho para o consumo" (cerca de metade deles se situa nesse caso) e a outra metade que vê o trabalho também como um meio de ajudar no sustento familiar.

Fabiano, 17 anos, estudante da High School de Somerville, faz design para camisas e conseguiu esse trabalho por intermédio da tia, que conhecia seu chefe. Veio há dois anos e está nesse trabalho há um ano. Diz que trabalha porque tem que pagar o aluguel da casa onde mora com a mãe, que chegou há apenas dois meses. Gosta do seu trabalho porque acha que nele está aprendendo uma profissão e conclui seu depoimento dizendo, muito sério: "Trabalho para poder me sustentar".

A referência principal na vida desses adolescentes é a própria comunidade brasileira e a família, onde esse mundo do trabalho permeia toda a vida, inclusive os finais de semana, pois para esses brasileiros imigrantes, inclusive os adolescentes estudantes-trabalhadores, o *day off* é, em regra geral, um dia da semana e quase nunca no final de semana. Apenas a frequência à igreja compete com o trabalho nos finais de semana.

Bruno, 14 anos, estuda na Middle School de Watertown e trabalha em uma loja de bebidas. Carrega caixas, faz limpeza e às vezes trabalha no caixa, quando o movimento está muito grande. Trabalha lá das 6 às 9 da noite e no final de semana seu horário fica na dependência de acordos com o patrão, que é um imigrante de origem hispânica que mora em seu prédio e conhece bem sua família. Fica no colégio desde o final das aulas, às 2h30, até a hora do trabalho, mas nessas horas pouco aproveita para estudar. Vai para os esportes, principalmente o futebol. Bruno faz parte do time de futebol do colégio.

Tanto no caso de Daniela como, principalmente, nesse de Bruno, podemos ver que o trabalho do adolescente imigrante é muito flexível. Respeitado o horário escolar, todo o tempo restante é manipulado pelo empregador não apenas com tarefas variáveis, mas também com horários variáveis para sair. Daniela é caixa mas também faz sanduíches e saladas. Bruno já é, por definição, o que vulgarmente se diz “pau para toda obra”. É contratado para o trabalho mais pesado de limpeza e carregar caixas mas também pode ir para o caixa. Além disso, no final de semana seu horário fica na dependência dos acordos com o patrão. Foram muitos os depoimentos que se referiram explicitamente a essa sistemática de horário de chegada sem horário de saída.

Juliana, 17 anos, aluna da Somerville High School, trabalha todos os dias em um consultório dentário, onde é secretária. Trabalha de 3h30 até 8h30 ou 9 da noite, dependendo do movimento do consultório. Se estiver muito cheio fica até 9h30, 10h, até fechar o consultório e esterilizar tudo. “E você dá conta de fazer as lições de casa?” “Não, nem todas, faço algumas, aquelas dos professores mais bravos, aqueles que pegam mais no pé da gente”.

Essa dupla vinculação – trabalho e escola – está relacionada aos objetivos e valores desses jovens e adolescentes. Influenciados pelo ambiente imigrante no qual estão inseridos, seu objetivo na escola passa a ter um sentido muito prático: visam sobretudo *aprender inglês* e logo que possam, *ganhar dinheiro*, inserindo-se no

mercado de trabalho. A perspectiva de ganhar dinheiro é, em geral, fascinante para eles, um lado da vida inteiramente novo em relação ao Brasil.

O trabalho é um elemento central na vida desses adolescentes imigrantes. Os que ainda não estão trabalhando estão, em geral, na faixa etária mais jovem, entre 13 e 14 anos, e sua perspectiva é, mais cedo ou mais tarde, também se integrar de alguma forma no mercado de trabalho, mesmo ainda estando na escola. O trabalho é também o elo principal de sua inserção na comunidade imigrante brasileira e na família.

Nesse mundo permeado pelo denominador comum do trabalho, é comum os pais não terem tempo nem interesse em acompanhar a vida escolar dos filhos, o que está diretamente relacionado ao mesmo fator que leva esses filhos a trabalharem depois da escola: é o mundo do trabalho, do ganhar dinheiro e do consumo a mola mestra principal no cotidiano desses imigrantes. A escola, no contexto desse mundo do trabalho, é apenas o lugar aonde os filhos vão para melhor se instrumentalizarem para a vida do trabalho – para aprender inglês, principalmente. Sandra, 18 anos, aluna da *high school* de Somerville e caixa no McDonalds, é um exemplo desse clima familiar imigrante:

Eu não sei se encerro meus estudos na high school ou se tento fazer college. Porque lá em casa é muita pressão em cima de mim para eu trabalhar. A minha vontade é sempre estudar, mas tem sempre alguém tentando me tirar da escola. É isso o que me leva a essa indecisão.

Essa visão da escola como um local aonde os filhos vão para aprender inglês e assim melhor se instrumentalizarem para a vida imediata de trabalho perpassa também a opção dos pais em relação ao tipo de escola dos filhos. Escola pública sempre. E, dentre as públicas, de preferência as que não tenham programa bilíngüe, para que a criança entre o mais rápido possível em contato com a língua inglesa. Como nos Estados Unidos é o local de residência que determina a escolha da escola, os imigrantes terminavam por estudar em escolas bilíngües, localizadas preferencialmente em

bairros imigrantes. Hoje já não se coloca essa questão, tendo em vista a eliminação dos programas bilíngües em Massachusetts.

É interessante como alguns adolescentes entrevistados em escolas com programa bilíngüe em 2000 se posicionaram a esse respeito:

Minha madrasta acha que o programa bilíngüe é errado. Mas eu acho assim (embora não diga nada a ela sobre isso), que a gente tem que ter a nossa língua. Se a gente fica estudando só inglês a gente esquece o português. Tem gente que eu conheço que está esquecendo o português, não tem mais a pontuação, esquece. Por isso que eu sou a favor desse programa, que permite que a gente vá mantendo a sua língua e aprendendo outra. Para mim, eu não quero esquecer o português, nunca.

Outro depoimento também nessa mesma direção:

Aqui ninguém tem o passaporte [na verdade, ele se refere ao visto] de estudante, aqui ninguém tem documento mesmo. Então você vem aqui mas acaba voltando pra lá, não é? E vai chegar lá no Brasil falando inglês? Ai vai trabalhar, o cara vai pedir pra você escrever alguma coisa e você vai errar tudo, vai ter dificuldade. Então é bom você manter as duas línguas, não é?

Em mais de uma ocasião, tanto nas entrevistas com orientadoras e psicólogos, quanto observando a reunião do Conselho de Cidadãos promovida pelo Consulado Geral do Brasil, foi levantada a questão da falta de interesse dos pais pelo desempenho escolar dos filhos, assim como do sentimento de abandono dos filhos pelo fato de os pais estarem todo o tempo trabalhando ou, quando não, na igreja.

No universo imigrante que tem esse denominador comum do mundo do trabalho, a escola deixa de ser o local de preparação para a vida futura das crianças e adolescentes para se tornar parte do projeto mais imediato de os instrumentalizar para o mundo do trabalho e do consumo, mundo esse que é compartilhado com a escola na longa jornada diária dos imigrantes adolescentes.

Mesmo com todas essas adversidades a dificultar seu desempenho escolar, muitas histórias de sucesso dos estudantes

brasileiros fazem parte do imaginário da comunidade, histórias essas que são reforçadas por alguns fatos reais que são rapidamente socializados entre todos. A grande maioria desses adolescentes também pretende fazer faculdade. Entre os 73 que responderam ao questionário, 69% pretendem fazer faculdade nos Estados Unidos; 18% no Brasil; 7% no Brasil e nos Estados Unidos; e apenas 6% não pretendem fazer faculdade. Este assunto será desenvolvido na seção seguinte.

O desafio da educação universitária

Para o expressivo número de adolescentes cuja situação imigratória ainda não foi regularizada, um fator crucial os separa dos adolescentes nascidos em solo norte-americano: a falta de documentação que dificulta e, em muitos casos, impede seu ingresso na universidade.

O acesso do estudante indocumentado ao ensino superior é uma das principais preocupações das famílias e lideranças comunitárias brasileiras na Nova Inglaterra. Para o adolescente brasileiro em situação imigratória ainda irregular, a compreensão, muitas vezes súbita, de que não poderá prosseguir seus estudos após a conclusão do segundo grau (*high school*) é frequentemente fonte de intensa frustração pessoal, conflitos familiares e escolhas profissionais muito aquém de suas potencialidades. Essa parcela da comunidade encontra-se, com efeito, em um “limbo” entre, por um lado, os imigrantes adultos – seus pais – que se inseriram voluntariamente em um mercado de baixa qualificação profissional e, por outro, os filhos de brasileiros já nascidos em território norte-americano – a segunda geração em sentido mais estrito, a quem são assegurados todos os direitos de cidadania, inclusive o acesso à universidade e a uma formação profissional qualificada. Particularmente sensível é a situação dos adolescentes nascidos no Brasil que, ainda indocumentados, têm irmãos menores que são cidadãos americanos natos. Essa disparidade, como se pode facilmente concluir, gera profundos efeitos negativos sobre a dinâmica familiar do imigrante.

Depoimentos colhidos junto a adolescentes brasileiros confirmam a importância que muitos atribuem à formação acadêmica. “Entrar na universidade é a única maneira de conseguir uma boa profissão”, “o que eu mais gosto nos Estados Unidos é a minha escola”, “eu não queria fazer o mesmo trabalho que a minha mãe faz hoje” são frases frequentemente ouvidas, com variações, pelas autoras deste artigo. Ao mesmo tempo, outros afirmam que “esse tanto de livro até assusta” e “eu sei que não vou entrar na universidade mesmo”. Motivação e empenho escolar muitas vezes dão lugar a um sentimento de revolta contra o país de destino, percebido como “injusto”, e contra os pais, pois “se eu tivesse ficado no Brasil agora podia fazer vestibular”. O vestibular no Brasil, evidentemente, já não configura uma opção possível, uma vez que esses adolescentes estudaram por vários anos no sistema escolar norte-americano e em geral apresentam, como é natural, sérias limitações no tocante ao domínio da língua portuguesa e de outras disciplinas ministradas durante o segundo grau no sistema educacional brasileiro. A essa altura, a constatação de que a universidade está fora de alcance atinge em cheio não apenas o estudante, mas também seus pais, para quem essa é uma realidade de difícil aceitação, que gera profundos questionamentos sobre se foi acertada, afinal, a decisão de emigrar.

Além dos efeitos sobre a auto-estima e o relacionamento familiar, a falta de acesso à universidade tem também implicações óbvias sobre a capacitação profissional e o nível de renda. Sobretudo em uma sociedade pós-industrial como a norte-americana, tende a crescer o fosso entre indivíduos empregados nos setores da economia intensivos em conhecimento e aqueles empregados nos setores industrial e de serviços. Como observado na bibliografia referenciada na introdução deste artigo, a situação do final do século XX e início do XXI é bem diferente daquela vivenciada pelos migrantes do início do século XX.

Ocorre, porém, que os obstáculos à educação universitária terminam por levar muitos estudantes brasileiros a abandonar a escola antes mesmo de concluir o segundo grau e a optar por atividades profissionais menos qualificadas. Estas, embora ofereçam remuneração francamente sedutora para um adolescente, a médio e longo prazo limitam suas possibilidades de crescimento profissional e o condenam a perpetuar a situação de trabalhador de baixa qualificação, característica dos imigrantes de primeira hora. É forçoso reconhecer que, nessa decisão, o adolescente é por vezes influenciado pelos próprios pais, que não o ajudam a transpor a barreira do imediatismo, seja por falta de informação sobre a relação direta entre nível de escolaridade e de renda ou até mesmo, conforme já observado por profissionais da área educacional, por um mal-disfarçado temor de que a ascensão educacional e social leve o filho a experimentar, mais tarde, sentimentos de rejeição à família de origem humilde³.

Do ponto de vista da comunidade brasileira como um todo, verifica-se, ainda, um efeito negativo adicional: a perpetuação dos imigrantes em atividades de baixo nível de qualificação limita suas chances de alcançar postos-chave nas administrações local e estadual, no terceiro setor, em pequenas e médias empresas e em outras atividades, essenciais para que o imigrante possa se inserir plenamente na sociedade que o acolheu, ampliar sua capacidade de mobilização política e influir no processo decisório em diversas questões de seu interesse, a exemplo do que já fizeram, com êxito, outros grupos imigrantes mais antigos e enraizados nos EUA. A falta de acesso à universidade gera, assim, prejuízos que ultrapassam a esfera individual e familiar, atingindo de maneira indireta toda a comunidade e retardando seu processo de amadurecimento e integração.

A questão do acesso do estudante indocumentado à universidade tem hoje, portanto, particular relevância e atualidade

³ Luciana Andreazi faz referência a esse aspecto no *workshop* “Opções educacionais para jovens imigrantes”, durante a Primeira Semana do Brasil em Harvard (8 a 11 de abril de 2003).

para a comunidade brasileira nos EUA e, no caso específico sob estudo, em Massachusetts. No tocante à atuação das lideranças comunitárias e do agente consular, há ainda dois aspectos adicionais que devem ser considerados: o primeiro é o imperativo de apoiar ativamente um segmento da comunidade brasileira que enfrenta uma situação complexa e com profundas repercussões futuras, mas cuja habilidade de articulação em causa própria é extremamente limitada pela pouca idade e quase nenhuma experiência. O segundo aspecto diz respeito à necessidade de mobilização política com vistas à busca de soluções, uma vez que estas devem necessariamente surgir na esfera do Poder Legislativo. Dessa forma, a questão do acesso ao ensino superior configura, pode-se dizer, um verdadeiro teste pelo qual se poderá avaliar a capacidade de atuação concertada e o próprio estágio de amadurecimento da comunidade.

Quais são, afinal, os obstáculos ao ingresso do estudante indocumentado na universidade? A pergunta surge naturalmente quando se considera que, até o término do segundo grau, o sistema escolar norte-americano admite o acesso do estudante em situação migratória irregular. Com efeito, o direito da criança imigrante indocumentada de freqüentar a escola foi consagrado em decisão da Suprema Corte norte-americana no caso *Plyler versus Doe*⁴, pela qual as escolas públicas não poderiam negar àqueles estudantes o acesso à educação. Na ocasião, a Suprema Corte declarou que crianças indocumentadas têm tanto direito à educação pública gratuita quanto aquelas portadoras da cidadania norte-americana ou de residência permanente. Estão elas, na verdade, obrigadas – como quaisquer outros estudantes – a freqüentar a escola até a idade mínima estabelecida por lei⁵.

No caso da educação universitária, porém, essa proteção não prevalece. Segundo pesquisa efetuada pelo National

Immigration Law Center, cerca de 50 mil a 75 mil estudantes indocumentados concluem o *high school* nos EUA a cada ano. No entanto, não há homogeneidade entre a legislação federal, as legislações estaduais e as políticas adotadas pelas próprias instituições de ensino superior, o que termina gerando, em diferentes estados norte-americanos, práticas diferenciadas e um tratamento desigual dos estudantes.

Em nível federal, dois dispositivos legais do Código Civil dos EUA aprovados em 1996, a saber, o 8 U.S.C. 1.623 e o 8 U.S.C. 1.621, tornaram mais difícil o acesso do estudante indocumentado à universidade. O primeiro estabelece que um estado não poderá estender ao não-nacional ilegalmente presente nos Estados Unidos determinados benefícios locais e estaduais, inclusive aqueles relativos à educação pós-secundária, a menos que o mesmo benefício seja estendido aos cidadãos ou nacionais não-residentes naquele estado. Em outras palavras, se um determinado estado estender aos estudantes indocumentados ali residentes o benefício da anuidade reduzida (a chamada *in-state tuition*), ficará obrigado a estender o mesmo benefício aos estudantes provenientes de qualquer outro estado (os quais, hoje em dia, pagam a *out-of-state tuition*, de valor significativamente mais elevado). O acesso à universidade torna-se bastante difícil, assim, em consequência do ônus financeiro que as anuidades integrais (ou *out-of-state tuitions*) representam. Como ilustração, os *community colleges* norte-americanos cobram, em média, anuidades de US\$ 1,6 mil dos estudantes residentes e de US\$ 4 mil dos não-residentes. Em Massachusetts, a diferença pode ser ainda maior: em 2003, as anuidades cobradas pelo Mass Bay Community College foram de US\$ 7,200,00 para os estudantes não-residentes e de US\$ 2.256,00 para os residentes.

Por sua vez, o 8 U.S.C 1.621 também estabelece que imigrantes indocumentados não fazem jus a benefícios estaduais ou

⁴ Ver *Plyler vs. Doe*, 475 U.S. 202 (1982).

⁵ Curiosamente, crianças portadoras de visto de turista ainda válido podem ter seu acesso à escola pública negado, caso a escola tome conhecimento dessa situação migratória.

locais relativos à educação pós-secundária. No entanto, ao contrário do anterior, este dispositivo prevê que um estado poderá estender a um não-nacional ilegalmente vivendo nos EUA determinados benefícios locais ou estaduais, inclusive a educação pós-secundária, mediante a aprovação de legislação posterior.

Como se vê, o obstáculo imposto pela legislação federal diz respeito ao valor das anuidades e à possibilidade de obtenção de auxílio financeiro. Não há, porém, legislação federal que expressamente proíba o estudante indocumentado de ingressar na universidade. Da mesma forma, não parece existir legislação em nível estadual destinada a proibir esse acesso. Verifica-se, no entanto, que grande número de universidades e mesmo *community colleges* adotam uma política restritiva ao acesso do estudante indocumentado. No caso de Massachusetts, por exemplo, dois levantamentos realizados em ocasiões diferentes⁶ confirmaram que, ainda que não haja proibição expressa em lei, a conquista de um diploma universitário é dificultada não apenas pelo valor das anuidades de não-residente, mas também porque, muito embora não seja exigida no momento da matrícula em algumas instituições, a comprovação de regularidade imigratória será exigida no momento de conclusão do curso, sem o que o diploma não será emitido. Outras universidades simplesmente não processam os formulários de inscrição que não contenham um número de seguro social. Após 11 de setembro de 2001, as instituições de ensino superior passaram a aplicar critérios mais rigorosos no tocante à situação imigratória do aluno, seja no momento da admissão, seja no momento da conclusão do curso.

Apesar de todos esses empecilhos, há, contudo, inúmeras iniciativas em favor do estudante indocumentado no âmbito do Poder Legislativo dos EUA.

Na esfera federal, a primeira iniciativa legislativa relevante em favor do estudante indocumentado foi o projeto de lei H.R.

1.918, apresentado no Congresso norte-americano em 21 de maio de 2001. Reapresentado em abril de 2003 sob o número H.R. 1.684 e patrocinado por 15 congressistas republicanos e 15 democratas, o chamado Student Adjustment Act contém dois dispositivos básicos. O primeiro revogaria o 8 U.S.C. 1.623, segundo o qual o estado que conceder *in-state tuition* ao imigrante indocumentado fica obrigado a estender o mesmo benefício a todos os estudantes de fora do estado; em outras palavras, restauraria a prerrogativa de cada estado de, segundo suas próprias regras, estabelecer critérios de residência para fins de cobrança de anuidade. O segundo dispositivo desse projeto de lei permitiria aos estudantes de *high school* que preencham certos requisitos solicitar o cancelamento de suas ordens de remoção, a fim de que possam, no futuro, regularizar sua situação imigratória. Os requisitos são: menos de 21 anos; matrícula em curso secundário ou pós-secundário; presença física nos EUA e bom caráter moral ("*good moral character*") por um período mínimo de cinco anos antes de solicitar o ajuste imigratório. Em qualquer caso, somente fariam jus ao ajuste imigratório candidatos que tenham imigrado para os EUA até os 15 anos de idade.

No Senado Federal, foi apresentado, em junho de 2002, projeto de lei semelhante, intitulado Development, Relief, and Education for Alien Minors Act (Senate Bill 1.291). De autoria do senador Orrin Hatch (R-Utah), este projeto, apelidado Dream Act, foi reintroduzido em julho de 2003 sob o número S. 1.545, com o co-patrocínio do senador Richard Durbin (D-Illinois). Caso aprovado, também revogaria os atuais dispositivos que impedem os estados de oferecer *in-state tuition* a estudantes indocumentados e facilitaria a obtenção de residência legal permanente para os estudantes que cumprirem determinados requisitos.

Da forma como foi reintroduzido em 2003, o S. 1.545 não contém limite máximo

⁶ O primeiro levantamento foi realizado em 2000 por Josué Maranhão, membro do Conselho de Cidadãos Brasileiros na Nova Inglaterra; o segundo em 2002, pelo Centro do Imigrante Brasileiro.

de idade, de modo a ampliar o número de potenciais beneficiários. Por outro lado, torna mais rígidos determinados requisitos e elimina isenções para aqueles que, em função de antecedentes criminais, sejam passíveis de deportação. O projeto de lei determina que somente se beneficiariam aqueles estudantes que tenham ingressado em território norte-americano no mínimo cinco anos antes da entrada em vigor do dispositivo. Estudantes que tenham imigrado para os EUA menos de cinco anos antes da vigência da lei, ou que venham a imigrar ilegalmente no futuro, não seriam beneficiados.

Embora limitado, portanto, o projeto de lei S. 1.545 abre uma janela de oportunidade para uma parcela dos estudantes imigrantes indocumentados. Além de facultar a cada estado o oferecimento de anuidades reduzidas aos estudantes que neles tenham residência (não no sentido legal, mas no sentido físico do termo), ofereceria aos estudantes, cuja esmagadora maioria emigrou para os EUA por decisão alheia à própria vontade, uma possibilidade de regularizar sua situação migratória.

As perspectivas de aprovação seja do Dream Act, seja do Student Adjustment Act, são, contudo, incertas. Segundo Marcony Almeida, do Centro do Imigrante Brasileiro, várias organizações pró-imigrante estão bastante otimistas, em razão do apoio que tanto democratas quanto republicanos vêm emprestando àquela iniciativa. Por outro lado, organizações como a Federation for American Immigration Reform e membros do próprio Poder Legislativo argumentam que semelhante legislação representaria um incentivo adicional à imigração ilegal, uma recompensa aos que desobedecem as leis norte-americanas e um encargo injusto sobre o contribuinte, seja ele cidadão ou residente permanente nos Estados Unidos. Como facilmente se conclui, essa argumentação encontra hoje ressonância junto a significativa parcela da opinião pública, sobretudo diante do clima restritivo à imigração ilegal que se acentuou a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Esta é, sem dúvida, uma das razões pelas quais diversas organizações

comunitárias vêm concentrando esforços em iniciativas no âmbito legislativo estadual, valendo-se da redação dada ao 8 U.S.C. 1.621, que resguarda a prerrogativa dos estados de mudar os critérios para determinação de residência mediante a aprovação de legislação posterior.

Em alguns estados essas iniciativas já obtiveram resultados concretos. Em junho de 2001 o Texas tornou-se o primeiro estado norte-americano a aprovar legislação que concede *in-state tuition* aos imigrantes indocumentados que tenham vivido naquele estado há pelo menos três anos e lá concluído o segundo grau. Entre 2002 e 2003, Califórnia, Illinois, Nova York, Oklahoma, Utah e Washington também aprovaram dispositivos legais semelhantes. No momento, projetos de lei estão sendo apreciados em vários outros estados: Arizona, Carolina do Norte, Colorado, Flórida, Geórgia, Havaí, Kansas, Maryland, Massachusetts, Minnesota, Nebraska, Nova Jersey, Oregon, Rhode Island, Virginia e Wisconsin.

Na esfera estadual em Massachusetts, o projeto de lei S. 237/H. 3.136 foi apresentado à Comissão Conjunta de Educação, Artes e Humanidades do parlamento estadual em janeiro de 2003 pelo senador estadual Jarret Barrios e pela deputada estadual Marie St.-Fleur, ambos afiliados ao Partido Democrata. Caso aprovado, facultará a *in-state tuition* aos estudantes indocumentados que tenham concluído o *high school* naquele estado após lá estudar durante pelo menos três anos. Segundo cálculos da Massachusetts Immigrant and Refugee Coalition (MIRA), organização local sem fins lucrativos, 300 a 400 estudantes daquele estado seriam beneficiados a cada ano com a aprovação da nova lei. Os proponentes do projeto de lei argumentam que, muito embora indocumentadas, as famílias imigrantes pagam impostos estaduais e, por conseguinte, seria justo que se beneficiassem das anuidades reduzidas. No entanto, a proposta enfrenta oposição de membros do Poder Legislativo estadual, como o senador estadual republicano Guy Glodis, para quem a aprovação dessa lei equivaleria a tornar sem valor a cidadania

norte-americana ou a residência permanente, colocando em pé de igualdade residentes legais e ilegais.

Em Massachusetts, um dos primeiros foros de discussão sobre o acesso do estudante indocumentado à universidade foi um grupo de estudos interdisciplinar criado em 2001 no âmbito do Center for Immigrant & Refugee Community Leadership & Empowerment (CIRCLE), um programa do College of Public and Community Service da Universidade de Massachusetts, em Boston. Em um estágio ainda bastante preliminar do que viria a se tornar a campanha pelo acesso à universidade em Massachusetts, aquele grupo de estudos teve o mérito de servir como ponto focal para a identificação de agentes (organizações e indivíduos) interessados no tema, para a pesquisa e análise da legislação relevante sobre o mesmo, em nível federal e nos diferentes estados norte-americanos e, por fim, para a discussão de estratégias alternativas de mobilização em larga escala.

No decorrer das discussões, integrantes do grupo decidiram criar o que se poderia descrever como uma coalizão informal, a "Força-Tarefa para o Acesso do Imigrante Indocumentado à Educação Superior". Essa coalizão, que vem atuando desde então, congrega entidades pró-imigrante como a MIRA, o Grupo Mulher Brasileira, o Centro do Imigrante Brasileiro, o Irish Center, o East Boston Ecumenical Community Council (EBECC), e também participantes individuais, como professores, orientadores educacionais e outros que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com a questão. A Força-Tarefa passou a organizar diversas iniciativas paralelas, como a coleta de depoimentos de estudantes indocumentados, a obtenção de manifestações de apoio por parte de profissionais da área de educação, empresários, membros das forças policiais e outros favoráveis à causa, além de atos públicos e uma visita ao Congresso norte-americano em agosto de 2002.

Desde o início da campanha pelo acesso do estudante indocumentado à

universidade, várias lideranças comunitárias brasileiras vêm participando ativamente do movimento. Já em 2000, uma das primeiras ações nesse sentido tivera origem no âmbito do Conselho de Cidadãos Brasileiros na Nova Inglaterra. Naquela ocasião, os membros do Conselho selecionaram o tema como prioritário e criaram a Comissão de Assuntos Educacionais, que, sob a coordenação da jornalista Heloisa Souza, fundadora e presidente do Grupo Mulher Brasileira, ficou encarregada de acompanhá-lo. Desde o primeiro momento, o Grupo Mulher Brasileira e o Centro do Imigrante Brasileiro integraram o grupo de estudos interdisciplinar da Universidade de Massachusetts, a fim de obter informações que pudessem ser transmitidas à comunidade brasileira e identificar possíveis linhas de ação. Em momento posterior, também a Massachusetts Alliance for Portuguese Speakers (MAPS) associou-se ao movimento por intermédio de seu programa de formação de jovens lideranças.

Deste modo, três das mais expressivas organizações locais de apoio ao imigrante brasileiro passaram a atuar concertadamente na campanha. Ao fazê-lo, uniram esforços com entidades pró-imigrante como o Irish Center, o EBECC, agência voltada para as comunidades hispânica e brasileira na região de East Boston, o Centro Presente, voltado para a comunidade centro-americana, e a Community Action Agency of Somerville (CAAS), atuante sobretudo junto às comunidades hispânica e haitiana. O esforço de coordenação das organizações comunitárias brasileiras também vem sendo apoiado pelo Consulado Geral do Brasil em Boston, que vem propondo e participando de iniciativas tais como o envio de cartas e a realização de visitas a parlamentares estaduais, com vistas a sensibilizá-los para o peso do componente imigrante na economia regional e a consequente importância de se proporcionar às famílias imigrantes condições plenas de integração à sociedade local.

Na avaliação de Heloisa Souza, porém, mais importante do que a coordenação da Força-Tarefa é a atuação dos próprios estudantes e de suas famílias. Como ilustração,

menciona ela a ativa participação dos estudantes nas reuniões preparatórias, durante as quais eles se familiarizam com o processo de tramitação de um projeto de lei no Poder Legislativo, com os procedimentos de uma audiência pública e com o formato dos depoimentos que deverão prestar.

O envolvimento das lideranças comunitárias brasileiras no problema ficou evidente também por ocasião da Primeira Semana do Brasil em Harvard, evento realizado em abril de 2003 pelo Departamento de Línguas e Literaturas Românicas e pelo Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard, com o apoio do Consulado Geral do Brasil em Boston e do Grupo Mulher Brasileira. A programação da Semana do Brasil incluiu uma sessão informativa sobre opções educacionais para os jovens imigrantes, que reuniu expressiva audiência⁷.

Durante o debate, foram discutidas não apenas as perspectivas de aprovação de projetos de lei em favor do estudante indocumentado, mas também as etapas do processo de admissão nas universidades norte-americanas, diferenças entre universidades e *community colleges*, fontes de informação disponíveis para o aluno de *high school* e outros elementos essenciais para o êxito do estudante que almeja ingressar na universidade, os quais nem sempre estão facilmente ao alcance do adolescente imigrante. Registre-se, a propósito, que a participação de quatro profissionais brasileiras da área educacional demonstrou que o imigrante brasileiro na Nova Inglaterra já não se limita a desenvolver atividades de baixa qualificação na economia regional, mas, ao contrário, vem logrando transpor a barreira do subemprego e ocupar postos de trabalho até mesmo no governo local.

Com a recente aprovação de projetos de lei semelhantes em outros estados norte-

americanos, a campanha de mobilização em Massachusetts vem ganhando impulso. Em junho de 2003, vários adolescentes brasileiros juntaram-se a outros provenientes de países tão diversos como Cabo Verde, El Salvador e Vietnã na primeira audiência pública sobre o projeto de lei S.237/H.3.136, realizada na Comissão de Educação do Congresso estadual. Vencendo temores naturais quanto a revelar sua condição de indocumentados⁸, os estudantes brasileiros deram testemunho de suas expectativas de seguir uma carreira universitária diante dos parlamentares, da imprensa local e de uma atenta platéia. Os testemunhos revelaram estudantes motivados, com desempenho acadêmico freqüentemente acima da média, mas que se acham impedidos de concretizar sua aspiração a um diploma universitário.

A despeito de projeções otimistas, contudo, a campanha pelo acesso à universidade ainda não chegou a bom termo em Massachusetts. Várias são as etapas a ser cumpridas antes que o correspondente projeto de lei seja submetido a votação. Diversas lições já podem, no entanto, ser extraídas desse movimento. As lideranças comunitárias vêm dando mostra de crescente amadurecimento, pois se revelaram capazes de, vencendo discordâncias e até mesmo animosidades que anteriormente as caracterizavam, trabalhar de forma concertada em prol de um objetivo de grande interesse para a comunidade como um todo. A questão ilustra também a importância de que a comunidade brasileira rompa o isolamento que ainda a caracteriza e busque aproximar-se de outras comunidades imigrantes mais tradicionais nos Estados Unidos, como a hispânica e a asiática, com as quais muito pode ser aprendido sobre estratégias de mobilização, principalmente no âmbito legislativo.

⁷ Conduziram a sessão informativa Márcia Loureiro, Ana Velasco, Heloisa Souza, Luciana Andreazi e Valquíria Cabral.

⁸ Recorde-se, a propósito, o caso do estudante mexicano indocumentado Jesus Apodaca, que em 11 de agosto de 2002 revelou ao jornal *The Denver Post*, do Estado do Colorado, sua situação migratória irregular e sua impossibilidade de arcar com a "*out-of-state tuition*". Sua entrevista trouxe-lhe a atenção indesejada do congressista Tom Tancredo (Republicano-Colorado), que contactou o escritório do Serviço de Imigração e Naturalização (INS) em Denver, solicitando que fosse investigada a situação da família Apodaca. O caso teve indiscutível repercussão junto aos imigrantes indocumentados nos EUA e suscitou receios por parte dos estudantes e de suas famílias quanto aos eventuais riscos de prestarem declarações semelhantes.

Por fim, o movimento pelo acesso à universidade demonstra que, à medida que a comunidade imigrante ganha raízes e se integra à sociedade local, as questões de seu interesse são cada vez menos de caráter assistencialista e mais de caráter político, passando a exigir um grau crescente de articulação com organizações norte-americanas de apoio ao imigrante.

Essas lições, além de seu valor mais imediato para os atuais representantes comunitários, têm uma relevância que ultrapassa o curto prazo, pois estão também sendo vivenciadas e absorvidas pelos jovens brasileiros que, em alguns anos, tenderão a assumir futuras posições de

liderança na comunidade imigrante. O papel dessa geração é decisivo no processo de solidificação da comunidade brasileira nos Estados Unidos, pois é ela que constituirá a ponte entre os primeiros contingentes de imigrantes adultos e a segunda geração propriamente dita – os filhos de brasileiros já nascidos em solo norte-americano. A superação das barreiras educacionais e o aprendizado da mobilização por parte desses jovens imigrantes afiguram-se essenciais na definição do perfil que a comunidade brasileira irá progressivamente delinear para si própria nas próximas etapas de sua inserção na sociedade norte-americana.

Referências bibliográficas

ALBA, R.D. **Italian American: into the twilight of ethnicity**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1985.

ASSIS, G.O. Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: SALES, T. e REIS, R., **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BEZERRA, B. **Brazilian immigrants in the United States** – cultural imperialism and social class. Nova York: LFB Scholarly Publishing LLC, 2003.

FUSCO, W. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. **Cadernos NEPO**, Campinas, NEPO-Unicamp, 2001.

GOZA, F. Brazilian immigrants to North America. **International Migration Review**, v. 28, n. 1, 1994.

HIRSCHMAN, C. Studying immigrant adaptation from the 1990 Population Census: from generational comparisons to the process of “becoming American”. In: PORTES, A. (org.), **The new second generation**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1996.

KELLY, M.P.F. e SCHAUFFLER, R. Divided fates: immigrant children and the new assimilation. In: PORTES, A. (org.), **The new**

second generation. Nova York: Russel Sage Foundation, 1996.

LIEBERSON, S. **A piece of the pie: blacks and white immigrants since 1880**. Berkeley: University of California Press, 1980.

MARGOLIS, M. **Little Brazil** – imigrantes brasileiros em Nova York. Campinas: Papyrus, 1994.

MARTES, A.C.B. **Brasileiros nos Estados Unidos** – um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

PERLMANN, J. e WALKINGER, J. Second generation decline? Children of immigrants, past and present – a reconsideration. **International Migration Review**, vol. XXXI, n. 4, 1997.

PORTES, A. (org.). **The new second generation**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1996a.

_____. Preface. In: **The new second generation**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1996b.

_____. Introduction: immigration and its aftermath. In: **The new second generation**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1996c.

PORTES, A. e SCHAUFFLER, R. Language and the generation: bilingualism yesterday

and today. In: PORTES, A. (org.), **The new second generation**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1996.

RUMBAUT, R.G. Origins and destinies: immigration to the United States since World War II. **Sociological Forum**, 9(4), 1994.

_____. The crucible within: ethnic identity, self-esteem, and segmented assimilation among children of immigrants. In: PORTES, A. (org.), **The new second generation**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1996.

SALES, T. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. "Segunda geração de emigrantes brasileiros nos EUA". In: CNPD (org.), **Migrações internacionais** – contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.

_____. **Brazilians away from home**. Nova York, Center for Migration Studies, 2003.

SOWELL, T. **Ethnic America: a history**. Nova York: Basic Books, 1981.

SUÁREZ-OROZCO, C. e SUÁREZ-OROZCO, M.M. **Transformations** – migration, family life, and achievement motivation among latino adolescents. Stanford: Stanford University Press, 1995.

_____. **Children of immigration**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

ZHOU, M. e BANKSTON III, C. Social capital and the adaptation of the second generation: the case of Vietnamese youth in New Orleans. In: PORTES, A. (org.), **The new second generation**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1996.

Abstract

Adolescent and second-generation Brazilian immigrants in Massachusetts

This article analyses the "new" second generation of Brazilian immigrants in the state of Massachusetts, USA. First, a number of characteristics of the second generation of Brazilians who were born on American soil are presented quantitatively. The data was based on the number of children registered at the General Consulate of Brazil in Boston and the number of children with maternal Brazilian ancestors computed at the Department of Public Health (DPH) of Massachusetts. Most of the article, however, treats of adolescents whose first socialization had already taken place in Brazil and who later migrated to the United States with their parents when they were older, some as teenagers. These youth later acquired schooling and cultural identity very similar to those seen in immigrants of other nationalities and in American youth. The insertion of these adolescents in American society through school and work is especially gone into. This part of the article is based on data gleaned from two sources, namely, a study carried out in late 2000 on teenagers at schools, churches and associations, and the results of a questionnaire applied in 2002 at public schools in Massachusetts that have bilingual English-Portuguese programs. The article also discusses the challenge of university education for our young immigrants whose legal situation has not yet been regularized.

Key words: International migration. Second-generation immigrants. United States. Brazil.

Recebido para publicação em 06/05/2004.

Aceito para publicação em 11/01/2005.